ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS ESPORTIVAS NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE NO 11° CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Larissa de Melo Cardoso [1]
Jéssica Rojas Basualto [2]
Beatriz Alves de Deus Bispo [3]

INTRODUÇÃO

A garantia de participação de pessoas com deficiência em práticas esportivas não depende somente do acesso físico aos espaços. Pressupõe informação compreensível, recursos adequados, possibilidades de escolha e atuação articulada entre profissionais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, determina, em seu artigo 9º, a identificação e a eliminação de barreiras à acessibilidade e, no artigo 30, item 5, assegura condições de participação em atividades recreativas e esportivas, inclusive nos contextos escolares (Brasil, 2009). A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reafirma a acessibilidade como condição para utilização de espaços, equipamentos, informações e serviços com segurança e autonomia (Brasil, 2015).

No campo esportivo, conhecer as modalidades e suas possibilidades pedagógicas é relevante, mas insuficiente quando não acompanhado da reflexão sobre as barreiras que condicionam a participação. Winckler (2023) compreende o paradesporto como um conceito abrangente, que incorpora o esporte adaptado e contempla, entre outras manifestações, os movimentos paralímpico, surdolímpico e Special Olympics. Essa compreensão, mais ampla que a participação nos Jogos Paralímpicos, favorece uma formação que articule conhecimentos técnicos, pedagógicos e direitos de participação.

A CDPD prevê a formação das pessoas envolvidas em questões de acessibilidade (art. 9º, item 2, alínea “c”) e medidas de conscientização e combate a estereótipos (art. 8º), reforçando a necessidade de respostas que articulem condições materiais, informação, práticas pedagógicas e decisões institucionais (Brasil, 2009).

[1] Doutoranda do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, larissademelocardoso98@gmail.com;
[2] Mestre pelo Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, jessica.basualto2@gmail.com;
[3] Doutoranda do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, beatrizadb@estudante.ufscar.br.

Ebersold (2019;2020), ao discutir a gramática da acessibilidade, problematiza as formas de organização institucional e os critérios pelos quais situações são reconhecidas como acessíveis ou inacessíveis. Em sua abordagem policêntrica, a efetivação da acessibilidade depende de referenciais comuns de ação, vínculos de interdependência e formas equitativas de cooperação entre os atores envolvidos, considerando as possibilidades de desenvolvimento e participação das pessoas.

Essa perspectiva dialoga com Nacinovic e Rodrigues (2020), que defendem espaços interdisciplinares de troca entre Educação e Saúde e questionam a redução da deficiência a explicações biomédicas. No âmbito da Educação Física escolar, Carvalho et al. (2024) analisam o ensino colaborativo como corresponsabilidade no planejamento, ensino e avaliação, enquanto Oliveira e Munster (2023) investigam a consultoria colaborativa como suporte especializado ao professor. Tais contribuições permitem distinguir o encontro entre áreas profissionais da realização efetiva de práticas interdisciplinares. Diante disso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de ministrar um minicurso sobre práticas esportivas na Perspectiva da Acessibilidade no 11°Congresso Brasileiro de Educação Especial.

MÉTODO

Trata-se de relato de experiência de caráter descritivo, referente a um minicurso presencial desenvolvido durante o 11º Congresso Brasileiro de Educação Especial. A atividade teve seis horas, distribuídas em três encontros de duas horas. Participaram seis mulheres: duas formadas em Pedagogia e quatro graduandas, respectivamente, em Fisioterapia, Biologia, Educação Especial e Educação Física. Não houve, no material utilizado para este relato, instrumentos padronizados de avaliação.

O primeiro encontro contemplou fundamentação sobre acessibilidade, trajetória histórica do esporte para pessoas com deficiência, apresentação do paradesporto e diferenciação em relação ao esporte paralímpico. Foram realizados, ainda, um estudo de caso e a dinâmica “Quem sou eu?”, relacionada às modalidades esportivas. No segundo e no terceiro encontro, ocorreram vivências na quadra envolvendo manejo de cadeira de rodas, parabadminton, paratletismo, goalball e propostas de orientação e mobilidade com utilização de vendas.

Ao final, uma roda de conversa possibilitou o compartilhamento de percepções e feedback sobre o minicurso. Portanto, a análise foi organizada em três eixos:

conhecimentos sobre o paradesporto; fundamentos e experiências práticas; e possibilidades de colaboração entre áreas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecimentos sobre o paradesporto

Na conversa final, as duas participantes formadas em Pedagogia e a graduanda em Biologia relataram que, em seus ambientes de trabalho ou estudo, havia pouco conhecimento sobre o paradesporto e suas possibilidades, o que motivou o interesse em realizar a inscrição no minicurso. Essa percepção aponta para a importância de ampliar a circulação de conhecimentos entre áreas, sem permitir generalizações sobre os cursos ou as instituições das participantes. Nacinovic e Rodrigues (2020) ajudam a interpretar essa demanda ao defenderem espaços de diálogo nos quais diferentes saberes se encontrem, sem que uma área detenha, isoladamente, a explicação das necessidades educacionais.

A abordagem histórica e conceitual das modalidades permitiu discutir a distinção entre paradesporto e esporte paralímpico. Winckler (2023, p. 17-18) apresenta o paradesporto como expressão abrangente de práticas e movimentos esportivos, inclusive aqueles que não integram os Jogos Paralímpicos. Nesse sentido, a ampliação do repertório conceitual pode favorecer o reconhecimento de oportunidades de iniciação, vivência e participação. Não se trata, porém, apenas de oferecer informações, conforme Ebersold (2019), a acessibilidade também exige interrogar as condições institucionais que tornam essas oportunidades efetivamente disponíveis. O artigo 9º da CDPD reforça a relevância da informação acessível e da formação dos profissionais envolvidos (Brasil, 2009).

Fundamentos e Experiências Práticas

A organização pedagógica combinou exposição teórica, estudo de caso, dinâmica “Quem sou eu?” e vivências com manejo de cadeira de rodas, parabadminton, paratletismo, goalball e orientação e mobilidade com vendas. As participantes que já atuavam com o paradesporto relataram aprofundamento dos conhecimentos teóricos sobre acessibilidade. Essa percepção sugere que a formação não se limitou à apresentação de modalidades, também ofereceu a possibilidade de relacionar experiências corporais e situações de ensino que possibilitam a identificação de possíveis barreiras que podem condicionar a participação. Em consonância com Ebersold (2020), a acessibilidade é compreendida a partir de recursos e práticas que se articulam para produzir condições de acesso, participação e continuidade.

A aproximação entre teoria e prática permite problematizar, por exemplo, a circulação na quadra, a compreensão de instruções, a organização dos materiais e a distribuição de apoios. Essa interpretação se aproxima de Carvalho *et al.* (2024), que destacam a importância da reflexão coletiva sobre as ações pedagógicas para responder às demandas da Educação Física inclusiva.

As vivências com cadeiras de rodas esportivas e vendas tiveram como finalidade proporcionar às participantes a experimentação de habilidades motoras e perceptivas envolvidas nas práticas esportivas para pessoas com deficiência. O manejo da cadeira de rodas possibilitou explorar habilidades como propulsão, frenagem, mudanças de direção e controle corporal, enquanto as atividades com vendas envolveram aspectos relacionados à orientação espacial, percepção auditiva, utilização de referências táteis, além da orientação e mobilidade. Essas experiências buscaram favorecer a compreensão das habilidades que os alunos podem necessitar desenvolver ou aprimorar, contribuindo para a identificação de estratégias pedagógicas adequadas às suas características e possibilidades. Essa perspectiva dialoga com Ebersold (2020), ao compreender que a acessibilidade envolve a articulação entre recursos, práticas e condições de aprendizagem que favoreçam a participação.

Possibilidades de colaboração entre áreas

Na roda de conversa, participantes de Pedagogia e Biologia manifestaram intenção de aplicar os conhecimentos adquiridos em parceria com professores de Educação Física. Para Nacinovic e Rodrigues (2020), a interdisciplinaridade requer espaços dialógicos nos quais diferentes profissionais construam respostas compartilhadas, ultrapassando a mera troca de encaminhamentos. Sob essa perspectiva, o encontro entre diferentes formações acadêmicas constitui possibilidade de colaboração.

A distinção torna-se mais precisa à luz de Carvalho *et al.* (2024). Ao mapear a produção acadêmica brasileira sobre ensino colaborativo, os autores caracterizam o coensino pela corresponsabilidade de profissionais no planejamento, na condução e na avaliação das atividades, e destacam sua contribuição para a formação continuada mediante ação-reflexão-ação.

Oliveira e Munster (2023), ao investigarem a consultoria colaborativa na Educação Física escolar, identificaram que essa estratégia contribuiu para ampliar a segurança do professor diante dos desafios da inclusão, evidenciando a importância do

apoio especializado e do compartilhamento de conhecimentos. Nessa perspectiva, o minicurso buscou oferecer subsídios teóricos e práticos para que as participantes reconhecessem as possibilidades de colaboração entre profissionais de diferentes áreas, especialmente na elaboração de estratégias que favoreçam a acessibilidade nas práticas esportivas. Assim, a experiência formativa procurou ampliar o repertório de conhecimentos das participantes e incentivar o diálogo interdisciplinar como possibilidade de atuação em seus respectivos contextos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O minicurso articulou fundamentos de acessibilidade e paradesporto a vivências práticas, reunindo participantes de diferentes áreas de formação. Os relatos finais indicaram ampliação percebida de conhecimentos entre aquelas com menor familiaridade com o tema e aprofundamento teórico entre participantes previamente vinculadas ao paradesporto. Também emergiu a intenção de estabelecer parcerias com professores de Educação Física.

A análise fundamentada na CDPD, na LBI e em Ebersold evidencia que a acessibilidade esportiva depende de condições institucionais, recursos e relações de cooperação, e não exclusivamente da adaptação pontual de exercícios ou da iniciativa individual de docentes. Em diálogo com os estudos sobre interdisciplinaridade, coensino e consultoria colaborativa, a experiência aponta possibilidades de aproximação entre profissionais.

Como implicação pedagógica, formações futuras poderiam incluir planejamento conjunto de práticas esportivas na perspectiva da acessibilidade, adaptações de materiais, formas de comunicação, recursos e responsabilidades.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Física, Formação de Professores, Acessibilidade, Interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CARVALHO, Ingrid Rosa et al. Ensino colaborativo como princípio facilitador para inclusão do aluno com deficiência na Educação Física escolar. Movimento, Porto Alegre, v. 30, e30050, 2024. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.128996.

EBERSOLD, Serge. La grammaire de l'accessibilité. Éducation et Sociétés, n. 44, p. 31-47, 2019. DOI: https://doi.org/10.3917/es.044.0031.

EBERSOLD, Serge. Pratiques inclusives, approche polycentrée et accessibilité. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, e64, p. 1-22, 2020. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X52845.

NACINOVIC, Rafaela do Carmo Pacheco; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Interdisciplinaridade e espaços dialógicos na educação inclusiva: encontros possíveis entre educação e saúde. Imagens da Educação, Maringá, v. 10, n. 2, p. 92-103, 2020. DOI: https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v10i2.51232.

OLIVEIRA, Patrícia Santos de; MUNSTER, Mey de Abreu van. Consultoria colaborativa em Educação Física: planejamento e implementação de programa para estudante com deficiência física. Movimento, Porto Alegre, v. 29, e29016, 2023. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.117590.

WINCKLER, Ciro. Querido(a) leitor(a). In: WINCKLER, Ciro (org.). Pedagogia do paradesporto. Santos: Edição do Autor, 2023. p. 17-18. ISBN 978-65-00-63082-4.